

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### VI CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### EDITAL Nº 18 – DPE/RS, DE 21 DE JULHO DE 2022

A COMISSÃO DO CONCURSO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL **TORNA PÚBLICA** a **alteração da composição da Banca de Direito Administrativo e da Banca de Direito Constitucional** do VI Concurso Público para ingresso no cargo inicial da carreira de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a renumeração dos itens do conteúdo programático da prova oral:

1. Alteração da composição da Banca de Direito Administrativo e da de Direito Constitucional:

Direito Administrativo	FABRÍCIO AZEVEDO DE SOUZA
	PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO
Direito Constitucional	ANGELITA MARIA MADERS
	GILBERTO SCHÄFER

1.1 Permanecem inalterados os demais itens do Edital nº 001/2020, publicado no Diário Eletrônico da Defensoria no dia 26 de outubro de 2020, e do Edital nº 002/2020, de 10 de novembro de 2020.

2. A prova oral versará sobre tema relacionado às áreas de conhecimento estabelecidas nos objetos de avaliação constantes do item 17 do Edital de Abertura, observadas as disciplinas constantes do quadro de provas do subitem 7.1 do referido edital, cujos itens foram renumerados para o fim de organização da aplicação, consoante Anexo I deste edital.

**ALCINDO STRELOW**  
**Defensor Público do Estado**  
**Presidente da Comissão de Concurso**

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

### ANEXO I

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direito constitucional. 1.1 Teoria geral, conceito, objeto, origem, formação, conteúdo, fontes e métodos de trabalho. 1.2 A força normativa da Constituição. 1.3 A constitucionalização simbólica: a constitucionalização, texto constitucional e realidade constitucional. 1.4 Efetividade das normas constitucionais. 1.5 Do sistema constitucional: a Constituição como um sistema de normas. 1.6 Os valores na Constituição. 1.7 Os preceitos constitucionais fundamentais. 1.8 Fins e funções do Estado. 1.9 Neoconstitucionalismo. 1.10 Jurisdição constitucional. 1.11 Direito de resistência.

2. Constituição. 2.1 Conceito de constituição. 2.2 Classificação das constituições. 2.3 Elementos das constituições. 2.4 O constitucionalismo: caracterização e desenvolvimento histórico. 2.5 Histórico das constituições brasileiras.

3. Hermenêutica constitucional. 3.1 Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. 3.2 Métodos, conceitos e princípios de interpretação constitucional. 3.3 Natureza e classificação das normas constitucionais. 3.4 Lacunas na Constituição, espécies e características, princípios jurídicos e regras de Direito. 3.5 Aplicação da Constituição no tempo e no espaço. 3.6 Eficácia das normas constitucionais e tutela das situações subjetivas. 3.7 Orçamento e reserva do possível.

4. Poder Constituinte. 4.1 Perspectivas históricas. 4.2 Poder Constituinte Originário. 4.3 Poder Constituinte Derivado e Decorrente. 4.4 Poder Constituinte Supranacional. 4.5 Nova Constituição e ordem jurídica anterior: recepção, repristinação, desconstitucionalização, recepção material de normas constitucionais.

5. República Federativa do Brasil. 5.1 Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. 5.2 Os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. 5.3 Os princípios fundamentais. 5.4 Os direitos e garantias fundamentais. 5.5 Direitos individuais e coletivos. 5.6 Características gerais dos direitos fundamentais. 5.7 Destinatários dos direitos e garantias fundamentais. 5.8 Efetividade dos direitos fundamentais. 5.9 Perspectiva subjetiva dos direitos fundamentais. 5.10 Direitos a prestações negativas. 5.11 Direitos a não-impedimentos. 5.12 Direitos a não-afetação de propriedades e situações. 5.13 Direitos a não-eliminação de posições jurídicas. 5.14 Direitos a prestações positivas. 5.15 Perspectiva objetiva dos direitos fundamentais. 5.16 Catálogo dos direitos fundamentais. 5.17 Sujeitos dos direitos fundamentais. 5.18 Funcionalidade dos

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

direitos fundamentais. 5.19 Limites e restrições aos direitos fundamentais. 5.20 A proibição de retrocesso social. 5.21 Cláusulas pétreas.

6. Tutelas constitucionais. 6.1 *Habeas corpus*. 6.2 *Habeas data*. 6.3 Mandado de segurança individual e coletivo. 6.4 Direito de petição e de certidão. 6.5 Mandado de injunção. 6.6 Ação popular e ação civil pública.

7. Direitos Sociais e a Ordem Social.

8. Nacionalidade. 8.1 Definições. 8.2 Natureza jurídica. 8.3 Espécies. 8.4 Critérios e hipóteses constitucionais de reconhecimento da nacionalidade primária. 8.5 Aquisição da nacionalidade secundária. 8.6 Espécies de naturalização. 8.7 Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados. 8.8 Perda da nacionalidade. 8.9 Extradicação, expulsão e deportação.

9. Direitos políticos. 9.1 Direitos políticos positivos. 9.2 Direito ao sufrágio, ao voto e ao escrutínio. 9.3 Plebiscito e referendo. 9.4 Elegibilidade. 9.5 Direitos políticos negativos. 9.6 Inelegibilidades absolutas e inelegibilidades relativas. 9.7 Perda e suspensão dos direitos políticos.

10. Organização espacial do Estado e divisão espacial do poder. 10.1 Soberania. 10.2 Estado: cidadania, república, democracia e justiça social. 10.3 A Federação e sua origem. 10.4 Federação por agregação e por desagregação. 10.5 Da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. 10.6 Repartição de competências. 10.7 Competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes. 10.8 Intervenção: fundamentos, espécies, competência, requisitos, controle político e jurisdicional, duração, interventor, legitimidade, hipóteses de intervenção federal e estadual.

11. Organização dos Poderes. 11.1 Fundamentos da separação dos poderes.

12. Legislativo. 12.1 Atribuições e composição. 12.2 Escolha dos membros do Legislativo. 12.3 Garantias constitucionais dos parlamentares. 12.4 Vedações e impedimentos. 12.5 Estrutura e organização. 12.6 Congresso Nacional. 12.7 Competências privativas e exclusivas. 12.8 A Mesa do Congresso Nacional. 12.9 Sucessão da Mesa. 12.10 Câmara dos Deputados e Senado Federal. 12.11 Comissões Parlamentares de Inquérito. 12.12 Legislativo dos estados. 12.13 Legislativo dos municípios. 12.14 Imunidades parlamentares. 12.15 Tribunais de contas.

13. Executivo. 13.1 Sistemas de governo. 13.2 Eleição, reeleição, vacância. 13.3 Presidente e vice-presidente da República. 13.4 Crimes de responsabilidade e *impeachment*. 13.5 Prerrogativas do presidente da República. 13.6 Ministros de Estado. 13.7 Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

14. Judiciário. 14.1 Funções. 14.2 Princípios. 14.3 Garantias. 14.4 Vedações constitucionais. 14.5 Estrutura e organização. 14.6 Órgãos e competência. 14.7 Escolha dos integrantes do Judiciário. 14.8 Súmulas vinculantes.

15. As funções essenciais à Justiça.

16. Processo Legislativo. 16.1 Conceito, fases. 16.2 Espécies normativas. 16.3 Conceito e conteúdo do ato legislativo. 16.4 Validade, vigência e eficácia das leis.

17. Controle de constitucionalidade. 17.1 A supremacia constitucional. 17.2 Jurisdição constitucional. 17.3 Processo constitucional objetivo. 17.4 Espécies de inconstitucionalidade. 17.5 Inconstitucionalidade por ação ou omissão. 17.6 Inconstitucionalidade formal ou material. 17.7 Inconstitucionalidade originária e derivada. 17.8 Espécies de controle quanto ao momento e ao modo de realização. 17.9 Controle preventivo e controle repressivo. 17.10 Controle difuso de constitucionalidade. 17.11 Controle concentrado de constitucionalidade. 17.12 Ação direta de inconstitucionalidade. 17.13 Ação declaratória de constitucionalidade. 17.14 Ação de inconstitucionalidade por omissão. 17.15 Ação interventiva. 17.16 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 17.17 A súmula com efeito vinculante.

18. A defesa do Estado e das instituições democráticas. 18.1 Estado de defesa e estado de sítio. 18.2 Forças armadas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Direito Administrativo e Administração Pública. 1.1 Conceito. 1.2 Formação. 1.3 Fundamentos. 1.4 Sentidos. 1.5 Objeto. 1.6 Princípios. 1.7 Fontes. 1.8 Sistemas administrativos e sistema administrativo brasileiro. 1.9 Atividade administrativa. 1.10 Constitucionalização do direito administrativo. 1.11 Hierarquia administrativa. 1.12 Órgãos públicos.

2. Administração indireta. 2.1 Conceito. 2.2 Natureza. 2.3 Princípios. 2.4 Características. 2.5 Desconcentração e descentralização. 2.6 Autarquias. 2.7 Empresas públicas. 2.8 Sociedades de economia mista. 2.9 Fundações públicas. 2.10 Agências. 2.11 Consórcio público.

3. Poderes administrativos. 3.1 Poder vinculado. 3.2 Poder discricionário. 3.3 Poder hierárquico. 3.4 Poder disciplinar. 3.5 Poder regulamentar. 3.6 Poder de polícia. 3.7 Sentidos. 3.8 Conceitos. 3.9 Fundamentos. 3.10 Características. 3.11 Elementos. 3.12 Formas de exercício. 3.13 Limites. 3.14 Efeitos. 3.15 Delegação. 3.16 Uso, abuso e desvio de poder.

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

4. Atos administrativos. 4.1 Conceito. 4.2 Requisitos. 4.3 Atributos. 4.4 Elementos. 4.5 Vinculação e discricionariedade. 4.6 Classificação. 4.7 Vigência e eficácia. 4.8 Efeitos. 4.9 Extinção. 4.10 Revogação. 4.11 Invalidação. 4.12 Convalidação. 4.13 Fatos da administração. 4.14 Atos da administração. 4.15 Teoria dos motivos determinantes.

5. Processo administrativo. 5.1 Conceito. 5.2 Processo e procedimento. 5.3 Princípios constitucionais. 5.4 Princípios específicos. 5.5 Objeto. 5.6 Espécies. 5.7 Fases. 5.8 Sindicância. 5.9 Processo administrativo disciplinar. 5.10 Verdade sabida. 5.11 Coisa julgada administrativa.

6. Licitação. 6.1 Conceito. 6.2 Natureza jurídica. 6.3 Fundamentos. 6.4 Princípios. 6.5 Objeto. 6.6 Finalidade. 6.7 Limites. 6.8 Modalidades. 6.9 Obrigatoriedade. 6.10 Dispensa. 6.11 Inexigibilidade. 6.12 Procedimento. 6.13 Julgamento. 6.14 Anulação. 6.15 Revogação. 6.16 Recursos administrativos. 6.17 Compras e alienações na administração pública.

7. Negócios Jurídicos da Administração. 7.1 Contrato administrativo. 7.2 Conceito. 7.3 Princípios. 7.4 Natureza jurídica. 7.5 Características. 7.6 Finalidade. 7.7 Classificação. 7.8 Formalização. 7.9 Duração. 7.10 Prorrogação. 7.11 Alteração. 7.12 Cláusula de privilégio. 7.13 Equação econômico-financeira. 7.14 Cláusulas exorbitantes. 7.15 Execução. 7.16 Inexecução. 7.17 Rescisão. 7.18 Extinção. 7.19 Recursos administrativos. 7.20 Contratos de direito privado celebrados pela administração. 7.21 Convênios.

8. Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Características. 8.3 Classificação. 8.4 Princípios. 8.5 Titularidade. 8.6 Remuneração. 8.7 Prestação direta. 8.8 Prestação indireta. 8.9 Concessão. 8.10 Permissão. 8.11 Autorização. 8.12 Delegação. 8.13 Direitos e deveres dos usuários. 8.14 Suspensão da prestação de serviço público. 8.15 Desestatização e privatização. 8.16 Gestão associada. 8.17 Regimes de parceria.

9. Bens públicos. 9.1 Conceito. 9.2 Classificação. 9.3 Regimes jurídicos. 9.4 Espécies. 9.5 Afetação e desafetação. 9.6 Aquisição. 9.7 Administração, uso e alienação de bens públicos.

10. Agentes públicos. 10.1 Conceito. 10.2 Classificação. 10.3 Regimes jurídicos. 10.4 Vínculos. 10.5 Concurso público. 10.6 Organização funcional. 10.7 Deveres. 10.8 Direitos. 10.9 Responsabilidades e disciplina. 10.10 Poderes. 10.11 Prerrogativas. 10.12 Uso e abuso de poder. 10.13 Responsabilidade dos agentes públicos. 10.14 Responsabilidade de agentes públicos e de particulares por improbidade administrativa.

Disponibilização - 21 de julho de 2022

Publicação - 22 de julho de 2022

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

11. Responsabilidade civil do Estado. 11.1 Conceito. 11.2 Fundamentos. 11.3 Evolução histórica. 11.4 Exclusão da responsabilidade. 11.5 Teoria da reserva do possível. 11.6 Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciários. 11.7 Responsabilidade civil por omissão. 11.8 Responsabilidade civil de notários e registradores públicos. 11.9 Reparação do dano e direito de regresso. 11.10 Responsabilidade civil das pessoas privadas prestadoras de serviço público. 11.11 Responsabilidade civil do Estado em decorrência de obras públicas. 11.12 Prescrição.

12. Intervenção do Estado na propriedade. 12.1 Conceito. 12.2 Evolução histórica. 12.3 Fundamento. 12.4 Função social da propriedade. 12.5 Meios de intervenção. 12.6 Limitações administrativas. 12.7 Ocupação temporária. 12.8 Servidão. 12.9 Tombamento. 12.10 Parcelamento e edificação compulsórios. 12.11 Requisição. 12.12 Alienação de bens sujeitos à limitação ou restrição administrativa.

13. Desapropriação. 13.1 Conceito. 13.2 Evolução histórica. 13.3 Competência legislativa e material. 13.4 Desvio de finalidade. 13.5 Consumação da desapropriação. 13.6 Retrocessão. 13.7 Objeto. 13.8 Espécies. 13.9 Desapropriação por zona, para urbanização e reurbanização. 13.10 Desapropriação urbana e rural. 13.11 Procedimento da desapropriação. 13.12 Fases. 13.13 Imissão provisória da posse. 13.14 Indenização. 13.15 Desistência. 13.16 Controle judicial. 13.17 Expropriação.

14. Atuação do Estado no domínio econômico. 14.1 Evolução histórica. 14.2 Princípios gerais da atividade econômica. 14.3 Atividades privadas sob regime especial. 14.4 Competência e modos de intervenção.

15. Controle da administração. 15.1 Conceito. 15.2 Fundamento. 15.3 Controle interno. 15.4 Controle administrativo. 15.5 Silêncio. 15.6 Prescrição. 15.7 Coisa julgada administrativa. 15.8 Acesso à informação. 15.9 Controle externo. 15.10 Controle legislativo. 15.11 Controle jurisdicional. 15.12 Espécies. 15.13 Conceitos. 15.14 Instrumentos de controle. 15.15 Extensão do controle. 15.16 Controle popular. 15.17 Administração pública em juízo.

16. Responsabilidade das pessoas jurídicas pela prática de atos danosos contra a administração pública. 16.1 Requisitos. 16.2 Abrangência. 16.3 Natureza. 16.4 Responsabilização administrativa e judicial. 16.5 Processo administrativo. 16.6 Acordo de leniência. 16.7 Cadastro Nacional de Empresas Punidas.

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

### DIREITO CIVIL E DIREITO DAS FAMÍLIAS

1. Direito civil. 1.1 Código Civil e Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.2 Norma jurídica: vigência, início e cessação de sua obrigatoriedade. 1.3 Interpretação e integração da norma jurídica. 1.4 Fontes do direito. 1.5 Espécies normativas do sistema jurídico: valores, princípios, regras e postulados normativos aplicativos. 1.6 Conceitos, características e aspectos práticos das normas jurídicas. 1.7 Resolução de colisões e conflitos entre princípios e regras. 1.8 Visões acerca do fenômeno jurídico. 1.9 Direito natural e direito positivo. 1.10 Positivismo jurídico. 1.11 Pensamento sistemático. 1.12 Culturalismo jurídico. 1.13 Conexão do direito com outros sistemas normativos e ramos científicos: moral, religião, regras de trato social, filosofia, sociologia e economia. 1.14 Direito e justiça. 1.15 Direito público e direito privado. 1.16 Constitucionalização do direito privado. 1.17 Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais. 1.18 Codificação. 1.19 Formação histórica do direito privado e do sistema jurídico. 1.20 Peculiaridades históricas e funcionais do processo de codificação do Código Civil de 2002 e diferenças com o paradigma do Código Civil de 1916. 1.21 Vetores estruturantes do Código Civil de 2002: socialidade, eticidade, sistematicidade e operabilidade. 1.22 Estruturação em Parte Geral e Parte Especial. Técnica legislativa: normas fechadas, cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados. Institutos fundamentais. 1.23 Princípios institucionais e normativos.

2. Parte Geral. 2.1 Relação jurídica de direito privado: conceito, estrutura, nascimento, modificação e extinção. 2.2 Situação jurídica: conceito, estrutura, direito objetivo, direito subjetivo, direito potestativo, deveres e sujeições. 2.3 Elemento subjetivo da relação jurídica — pessoas naturais: conceitos gerais (ser humano, pessoa e sujeito de direitos), enquadramento jurídico e proteção do nascituro e embrião, personalidade jurídica (aquisição e extinção), registro civil, capacidade (capacidade negocial e capacidade para consentir, capacidade de direito e de exercício, emancipação e formas de suprimento da incapacidade), internação psiquiátrica voluntária, involuntária e compulsória, ausência, formas de individualização da pessoa natural (nome, estado, domicílio e residência) e direitos da personalidade. 2.4 Elemento subjetivo da relação jurídica — pessoas jurídicas: conceito, teorias de criação, personificação, início da existência legal, apresentação, classificação, espécies de pessoas jurídicas de direito privado, responsabilidade civil, encerramento e desconsideração da personalidade jurídica. 2.5 Elemento objetivo da relação jurídica — bens: conceitos, classificação e patrimônio. 2.6 Fatos jurídicos: juridicização, suporte fático abstrato e concreto, planos dos fatos jurídicos, classificação dos fatos jurídicos (fatos jurídicos *lato sensu*: fato jurídico *stricto sensu*

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

e ato-fato jurídico; atos jurídicos *lato sensu*: ato jurídico *stricto sensu* e negócio jurídico). 2.7 Negócios jurídicos. 2.7.1 Elementos, classificação, requisitos de existência e validade e interpretação. 2.7.2 Condição, termo e encargo. 2.8 Defeitos do negócio jurídico. 2.8.1 Teoria das invalidades: diferenças conceituais, causas de nulidade e anulabilidade e disposições especiais. 2.8.2 Atos ilícitos. 2.8.3 Abuso do direito. 2.8.4 Enriquecimento ilícito. 2.8.5 Causas de exclusão da ilicitude. 2.9 Prescrição, decadência, caducidade e institutos afins. 2.10 Provas.

3. Direito das obrigações. 3.1 Conceito de relação obrigacional. 3.2 Definição. 3.3 Fontes. 3.4 Classificação. 3.5 Obrigação como processo. 3.6 Estrutura da relação obrigacional. 3.7 Princípios gerais da relação obrigacional. 3.8 Deveres. 3.9 Fontes das obrigações. 3.10 Efeitos das obrigações. 3.11 Modalidades das obrigações. 3.12 Obrigação e solidariedade. 3.13 Responsabilidade pré-contratual. 3.14 Pós-eficácia das obrigações. 3.15 Transmissão das obrigações. 3.16 Adimplemento e extinção das obrigações. 3.17 Pagamento. 3.17.1 Natureza jurídica, condições, objeto, prova, modalidades, extinção da obrigação sem pagamento. 3.17.2 Pagamento em consignação. 3.17.3 Pagamento com sub-rogação. 3.17.4 Imputação do pagamento. 3.17.5 Dação em pagamento. 3.17.6 Novação. 3.17.7 Compensação. 3.17.8 Confusão. 3.17.9 Remissão das dívidas. 3.17.10 Impossibilidade de cumprimento sem culpa do devedor. 3.18 Inadimplemento das obrigações. 3.18.1 Disposições gerais, espécies, efeitos, mora, violação positiva do contrato, perdas e danos, juros, correção monetária, cláusula penal, arras ou sinal. 3.18.2 Morte. 3.18.3 Incapacidade superveniente. 3.18.4. Prisão civil.

4. Contratos. 4.1 Teoria geral dos contratos. 4.2 Função social dos contratos. 4.3 Princípios gerais dos contratos. 4.4 Classificação dos contratos. 4.5 Formação dos contratos. 4.6 Fases. 4.7 Extinção dos contratos. 4.8 Distrato. 4.9 Cláusula resolutiva. 4.10 Exceção do contrato não cumprido. 4.11 Resolução por onerosidade excessiva. 4.12 Revisão dos contratos: vícios congênicos e supervenientes, aplicação sistemática do Código Civil com o Código de Defesa do Consumidor e teorias (excessiva onerosidade, lesão, quebra da base objetiva e imprevisibilidade). 4.13 Vícios redibitórios. 4.14 Evicção. 4.15 Contratos aleatórios. 4.16 Contrato preliminar. 4.17 Contratos em espécie.

5. Responsabilidade civil. 5.1 Conceito. 5.2 Pressupostos. 5.3 Fundamentos. 5.4 Efeitos. 5.5 Obrigação de indenizar. 5.6 Fontes geradoras do dever de indenizar. 5.7 Sistemas de responsabilidade civil. 5.8 Teorias que fundamentam o dever de indenizar. 5.9 Teorias do risco. 5.10 Espécies de responsabilidade civil. 5.11 Causas excludentes da responsabilidade civil. 5.12 Indenização. 5.13 Dano material, moral e

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

estético. 5.14 Dano à pessoa. 5.15 Danos sociais. 5.16 Aspectos materiais e processuais. 5.17 Dano moral coletivo.

6. Direito das coisas. 6.1 Teoria geral dos direitos reais. 6.2 Conceituação e taxinomia dos direitos reais. 6.3 A constitucionalização dos direitos reais. 6.4 Sequela. 6.5 Preferência. 6.6 Distinção entre direitos reais, direitos obrigacionais e demais direitos patrimoniais. 6.7 Classificação e enumeração dos direitos reais. 6.8 Posse. 6.8.1 Conceito. 6.8.2 Natureza. 6.8.3 Classificação. 6.8.4 Efeitos. 6.8.5 Distinção entre detenção, posse e propriedade. 6.8.6 Servidores da posse. 6.8.7 Aquisição, perda e classificação da posse. 6.8.8 Efeitos da posse. 6.8.9 Composses. 6.8.10 Direito aos interditos possessórios. 6.8.11 Direito aos frutos e benfeitorias, indenização e retenção. 6.9 Propriedade. 6.9.1 Conceito. 6.9.2 Elementos constitutivos. 6.9.3 Classificação. 6.9.4 Restrições. 6.9.5 Histórico da propriedade. 6.9.6 Função social e ambiental da propriedade. 6.9.7 Sujeitos e objeto do direito de propriedade. 6.9.8 Modalidades de propriedades. 6.9.9 Propriedade perpétua e resolúvel. 6.9.10 Propriedade fiduciária. 6.9.11 Alienação fiduciária em garantia. 6.9.12 Propriedade mobiliária e imobiliária. 6.9.13 Limitações ao direito de propriedade. 6.9.14 Aquisição da propriedade imóvel e móvel. 6.9.15 Registro imobiliário. 6.9.16 Usucapião. 6.9.16.1 Espécies. 6.10 Perda da propriedade. 6.11 Direito de vizinhança. 6.12 Condomínio em geral. 6.12.1 Condomínio de lotes. 6.12.2 Condomínio edilício. 6.13 Incorporações. 6.14 Multipropriedade. 6.15 Lei nº 4.591/1964. 6.16 Direito de superfície. 6.17 Servidões. 6.18 Usufruto. 6.19 Uso. 6.20 Habitação. 6.21 Direito do promitente comprador. 6.22 A concessão de uso especial para fins de moradia. 6.23 A concessão de direito real de uso. 6.24 Penhor. 6.25 Hipoteca. 6.26 Anticrese. 6.27 Da laje. 6.28 Registros públicos: Lei nº 6.015/1973. 6.29 Parcelamento do Solo Urbano: Decreto-lei nº 58/1937 e Lei nº 6.766/1977. 6.30 Lei nº 10.257/2001. 6.31 Lei nº 11.977/2009. 6.32 Lei nº 13.465/2017.

7. Direito de família. 7.1 Entidades familiares: origem, conceitos e a família na sociedade brasileira em perspectiva histórica. 7.2 Relações familiares plurais: fundamentos da diversidade. 7.3 Princípios. 7.4 Normas constitucionais aplicáveis às relações familiares. 7.5 Casamento: conceito, natureza, características, disposições gerais, capacidade, impedimentos, causas suspensivas, processo de habilitação, celebração, provas, invalidade, causas de anulação e nulidade, eficácia, efeitos do casamento, direitos e obrigações dos cônjuges. 7.6 Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. 7.7 Separação e divórcio. Lei nº 6.515/1977. 7.8 Proteção da pessoa dos filhos. 7.9 Alienação parental: Lei nº 12.318/2010. 7.10 Relações de parentesco. 7.11 Filiação: biológica, socioafetiva, demais espécies e princípio da afetividade. 7.11.1 Reconhecimento dos filhos. 7.11.2 Estado de filiação e origem

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

genética. 7.11.3 Investigação de paternidade. 7.11.4 Adoção. 7.12 Poder familiar. 7.13 Aplicação sistemática com o Estatuto da Criança e do Adolescente. 7.14 Princípio da paternidade responsável. 7.15 Direito patrimonial. 7.15.1 Regimes de bens entre os cônjuges. 7.15.2 Usufruto e administração dos bens de filhos menores. 7.16 Alimentos. 7.16.1 Características do direito e da obrigação alimentar. 7.16.2 Alimentos e obrigações da Lei nº 10.741/2003. 7.16.3 Alimentos gravídicos. 7.17 Bem de família: conceito, formalidades necessárias e impenhorabilidade. 7.18 Direitos sexuais e reprodutivos. 7.18.1 Reprodução medicamente assistida. 7.18.2 Planejamento familiar. 7.19 União de pessoas do mesmo sexo ou direito homoafetivo. 7.19.1 Provimento nº 13/2013 CGJ e Resolução nº 175 do CNJ. 7.20 União estável. 7.20.1 Aspectos constitucionais e normas infraconstitucionais, características, estado, impedimentos, direitos e deveres, meação, sucessão, teoria da desconsideração na partilha e Concubinato. 7.20.2 Lei nº 9.278/1996. 7.21 Tutela e curatela e tomada de decisão apoiada. 7.21.1 Lei nº 13.146/2015.

8. Direito das sucessões. 8.1 Conceito e conteúdo. 8.2 Sucessão a título universal e sucessão a título singular. 8.3 Formas de suceder e abertura da sucessão. 8.4 Administração da herança. 8.5 Vocação hereditária. 8.6 Transmissão da herança. 8.7 Aceitação e renúncia. 8.8 Cessão da herança. 8.9 Exclusão da sucessão. 8.10 Indignidade. 8.11 Herança jacente. 8.12 Conceito e natureza jurídica. 8.13 Vacância. 8.14 Arrecadação dos bens vagos. 8.15 Petição de herança. 8.16 Sucessão legítima. 8.17 Ordem da vocação hereditária. 8.18 Herdeiros necessários. 8.19 Direito de representação. 8.20 Sucessão testamentária. 8.21 Liberdade de testar. 8.22 Limitações. 8.23 Capacidade testamentária. 8.24 Testamento e codicilo. 8.25 Formas ordinárias e especiais de testamento. 8.26 Legados. 8.27 Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. 8.28 Capacidade para adquirir por testamento. 8.29 Herança necessária. 8.30 Redução das disposições testamentárias. 8.31 Deserdação. 8.32 Substituições. 8.33 Execução do testamento. 8.34 Revogação do testamento. 8.35 Rompimento do testamento. 8.36 Testamenteiro. 8.37 Inventário e partilha. 8.38 Inventário judicial e extrajudicial. 8.39 Inventariante. 8.40 Colação. 8.41 Pagamento das dívidas. 8.42 Partilha. 8.43 Arrolamento. 8.44 Quinhões hereditários. 8.45 Sonegados.

9. Direito empresarial. 9.1 Conceito e conteúdo. 9.2 Da empresa e do empresário. 9.3 Ato empresarial. 9.4 Da sociedade empresarial. 9.5 Empresa individual de responsabilidade limitada. 9.6 Sociedade não personificada. 9.7 Sociedade personificada. 9.8 Sociedade simples. 9.9 Sociedade em nome coletivo. 9.10 Sociedade em comandita simples. 9.11 Sociedade limitada. 9.12 Sociedade cooperativa. 9.13 Sociedades coligadas. 9.14 Registro das sociedades. 9.15 Transformação, incorporação, fusão e liquidação. 9.16 Do estabelecimento. 9.17

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Nome empresarial. 9.18 Dos prepostos. 9.19 Lei nº 13.874/2019. 9.20 Dos títulos de crédito. 9.20.1 Disposições gerais, títulos ao portador, títulos à ordem e títulos nominativos. 9.21 Títulos em espécie: letra de câmbio, nota promissória, duplicata de compra e venda mercantil e de prestação de serviços, cheque. 9.22 Da falência e da concordata 9.22.1 Lei Federal nº 11.101/2005. 9.22.2 Lei Federal nº 14.112/2020. 9.22.3 Recuperação judicial e falência. 9.22.4 Disposições comuns. 9.22.5 As obrigações contratuais na recuperação judicial e na falência. 9.22.6 Administrador judicial. 9.22.7 Comitê de credores. 9.22.8 Assembleia geral de credores. 9.22.9 Plano e procedimento de recuperação judicial. 9.22.10 Convolação da recuperação judicial em falência. 9.22.11 Disposições gerais. 9.22.12 Procedimento de decretação. 9.22.13 Direitos e deveres do falido. 9.22.14 Habilitação e classificação dos créditos. 9.22.15 Atos anteriores à falência, ineficácia e revogação. 9.22.16 Arrecadação e realização do ativo. 9.22.17 Pagamento dos credores. 9.22.18 Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. 9.22.19 Recuperação extrajudicial. 9.22.20 O plano de recuperação. 9.22.21 Credores sujeitos ao plano. 9.22.22 A homologação judicial, requisitos e procedimento.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Constituição e processo. 1.1 Princípios constitucionais no processo civil. 1.2 Conteúdo jurídico do direito de acesso à tutela jurisdicional do Estado. 1.3 Conteúdo jurídico do direito de defesa. 1.4 Direitos fundamentais e processo. 1.5 A busca pela efetividade do processo e as reformas processuais. 1.6 O provimento jurisdicional como instrumento de transformação social.

2. Normas de direito processual civil. 2.1 Natureza jurídica, fontes, princípios processuais civis e interpretação. 2.2 Direito processual intertemporal. 2.3 Princípios infraconstitucionais do processo civil.

3. Jurisdição. 3.1. Conceito, características, princípios, limites e espécies. 3.2 Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação), arbitragem e tribunais administrativos.

4. Competência. 4.1 Critérios de determinação e de modificação. 4.2 Competência originária dos Tribunais Superiores. 4.3 Competência absoluta e competência relativa. 4.4 Conflitos de competência e de atribuição. 4.5 Conexão e continência.

5. Ação. 5.1 Teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. 5.2 Direito subjetivo. 5.3 Pretensão. 5.4 Ação de direito material e de direito processual. 5.5 Direito de ação na perspectiva constitucional. 5.6 Direito à adequada tutela jurisdicional.

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

6. Sujeitos do processo 6.1 Partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. 6.2 Litisconsórcio. 6.3 Assistência. 6.4 Intervenção de terceiros típica e atípica. 6.5 O juiz e os auxiliares da justiça. 6.6 Ministério Público. 6.7 Advocacia Pública. 6.8 Defensoria Pública.

7. Defensoria Pública. 7.1 Prerrogativas processuais. 7.2 Exercício da curadoria especial.

8. Assistência judiciária: aspectos processuais.

9. Processo 9.1 Pressupostos processuais e atos processuais, forma, tempo e lugar dos atos processuais. 9.2 Atos processuais eletrônicos. 9.3 Prazos. 9.4 Comunicação dos atos processuais. 9.5 Citação. 9.6 Cartas. 9.7 Intimação. 9.8 Teoria das invalidades processuais. 9.9 Nulidades. 9.10 Preclusão. 9.11 Distribuição e registro. 9.12 Valor da causa.

10. Tutela provisória. 10.1 Tutela de urgência e tutela evidência. 10.2 Tutela antecedente e tutela incidente. 10.3 Estabilização da tutela provisória.

11. Formação, suspensão e extinção do processo.

12. Procedimento comum. 12.1 Petição inicial. 12.2 Indeferimento da petição inicial. 12.3 Improcedência liminar do pedido. 12.4 Conversão da ação individual em ação coletiva. 12.5 Audiência de conciliação. 12.6 Audiência de mediação. 12.7 Respostas do réu. 12.8 Revelia. 12.9 Providências preliminares e saneamento. 12.10 Julgamento conforme o estado do processo. 12.11 Audiência de instrução e de julgamento.

13. Provas. 13.1 Objeto, fonte e meios. 13.2 Admissibilidade. 13.3 Provas típicas e atípicas. 13.4 Provas ilícitas. 13.5 Ônus da prova. 13.6 Provas em espécie e sua produção. 13.7 Fatos que independem de prova. 13.8 Exame da prova e sua valoração.

14. Sentença 14.1 Conteúdo, vícios, efeitos e modalidades. 14.2 Liquidação de sentença. 14.3 Coisa Julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e classificações. 14.4 Limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. 14.5 Relativização da coisa julgada. 14.6 Remessa necessária.

15. Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas.

16. Cumprimento de sentença. 16.1 Classificação. 16.2 Pressupostos. 16.3 Cumprimento da sentença que reconheça a obrigação de pagar quantia certa, de prestar alimentos, de fazer, de não fazer e de entregar coisa. 16.4 Defesas do devedor e de terceiros nos pedidos de cumprimento de sentença.

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

17. Execução. 17.1 Teoria geral. 17.2 Princípios que norteiam o processo de execução. 17.3 Execução em geral. 17.4 Pressupostos do processo de execução. 17.5 Características dos títulos executivos. 17.6 Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. 17.7 Execução definitiva e execução provisória. 17.8 Legitimidade ativa e passiva no processo de execução. 17.9 Competência. 17.10 Responsabilidade patrimonial. 17.11 Das diversas espécies de execução. 17.12 Da suspensão e da extinção da execução. 17.13 Defesas do devedor e de terceiros na execução. 17.14 Exceção de pré-executividade. 17.15 Embargos do devedor. 17.16 Defesa heterotópica.

18. Processos nos tribunais. 18.1 Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais. 18.2 Incidente de assunção de competência. 18.3 Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 18.4 Conflito de competência. 18.5 Homologação de decisão estrangeira e concessão do *exequatur* à carta rogatória. 18.6 Ação rescisória. 18.7 Incidente de resolução de demandas repetitivas. 18.8 Reclamação.

19. Recursos e meios de impugnação das decisões judiciais. 19.1 Teoria geral dos recursos. 19.2 Admissibilidade e efeitos. 19.3 Princípios. 19.4 Apelação. 19.5 Agravo de instrumento. 19.6 Embargos de declaração. 19.7 Embargos de divergência. 19.8 Agravo interno. 19.9 Duplo grau obrigatório. 19.10 Mandado de segurança contra ato judicial. 19.11 Ação declaratória de inexistência de ato processual e *querela nullitatis*. 19.12 Recursos nos tribunais superiores. 19.13 Recurso ordinário. 19.14 Recurso especial. 19.15 Recurso extraordinário. 19.16 Repercussão geral. 19.17 Do julgamento dos recursos especial e extraordinários repetitivos. 19.18 Súmula. 19.19 Súmula vinculante. 19.20 Precedentes: teoria geral, *distinguishing* e *overruling*. 19.21 Pedidos de suspensão de liminares e sentenças.

20. Fazenda pública como parte do processo 20.1 Polos ativo e passivo. 20.2 Prerrogativas. 20.3 Tutela provisória e tutela específica. 20.4 Ação de conhecimento, cumprimento de sentença e execução. 20.5 A Fazenda nos procedimentos especiais.

21. Procedimentos especiais e procedimentos de jurisdição voluntária: conceito, espécies, características e peculiaridades.

22. Separação. 22.1 Divórcio direto. 22.2 Divórcio mediante conversão. 22.3 Declaratória de união estável (em vida e póstuma). 22.4 Separação extrajudicial. 22.5 Divórcio extrajudicial.

23. Ação de usucapião. 23.1 Conceito, procedimento e espécies. 23.2 Usucapião como matéria de defesa.

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

24. Ações constitucionais. 24.1 Ação direta de inconstitucionalidade. 24.2 Ação declaratória de constitucionalidade. 24.3 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

25. Ação popular.

26. Ações da Lei de locações de imóveis urbanos. 26.1 Despejo. 26.2 Consignatário de aluguel e acessórios. 26.3 Ação renovatória. 26.4 Ação revisional. 26.5 Postulação e defesa.

27. Ações de alimentos. 27.1 Lei de alimentos. 27.2 Lei de alimentos e o Código de Processo Civil.

28. Ações declaratória e negatória de vínculo parental (em vida e póstuma).

29. Ações possessórias e ações petitórias.

30. *Habeas corpus*, *habeas data* e mandado de injunção.

31. Inventário judicial e extrajudicial, arrolamentos e alvará.

32. Juizados especiais cíveis e juizados especiais da fazenda pública: procedimentos, princípios, normas, especificidades e enunciados.

33. Mandado de segurança individual e coletivo.

34. Microsistema da tutela dos direitos coletivos. 34.1 Teoria geral do processo civil coletivo. 34.2 Princípios gerais do processo civil coletivo. 34.3 Sistema de proteção coletiva. 34.4 Entes e instituições legitimadas. 34.5 Sistemas de legitimação. 34.6 Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 34.7 Mecanismos processuais e respectivos procedimentos para tutela dos interesses transindividuais. 34.8 Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 34.9 Ação civil pública.

35. Normas processuais civis no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, no Estatuto das Cidades, na Lei de Proteção e Defesa aos Portadores de Deficiência e no Código de Defesa do Consumidor.

36. Processo eletrônico. 36.1 Normas e especificidades. 36.2 Comunicação e prazos dos atos processuais eletrônicos. 38 Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e alterações).

## DIREITO PENAL

1. Missão e limites do direito penal. 1.1 Princípios de direito penal. 1.2 Ofensividade em direito penal e teoria do bem jurídico.

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

2. Lei penal. 2.1 Teoria e aplicação da lei penal no tempo e no espaço. 2.2 Interpretação da lei penal. 2.3 Lei penal e prerrogativas funcionais. 2.4 Concurso de normas penais. 2.5 Revogação da lei penal.

3. Responsabilidade penal. 3.1 Autoria e participação. 3.2 Concurso de pessoas. 3.3 Circunstâncias incomunicáveis. 3.4 Casos de impunibilidade. 3.5 Responsabilização penal de pessoas físicas e jurídicas.

4. Teoria geral e estrutura analítica do crime. 4.1 Conceitos, elementos e classificações dos crimes.

5. Conduta punível 5.1 Ação e omissão. 5.2 Relação de causalidade. 5.3 Imputação objetiva. 5.4 Resultado. 5.5 Consumação e tentativa. 5.6 Crime impossível. 5.7 Desistência voluntária. 5.8 Arrependimento eficaz. 5.9 Arrependimento posterior.

6. Tipicidade. 6.1 Tipicidade e Excludentes da tipicidade.

7. Ilícitude. 7.1 Ilícitude e Excludentes da ilícitude.

8. Culpabilidade. 8.1 Culpabilidade e Excludentes da culpabilidade.

9. Estrutura jurídica do erro e aplicação em direito penal. 9.1 Erro de tipo. 9.2 Erro de proibição. 9.3 Descriminantes putativas.

10. Concurso de crimes.

11. Pena criminal. 11.1 Teorias da pena. 11.2 Espécies de pena: privativas de liberdade, restritivas de direitos e pecuniárias. 11.3 Limite das penas. 11.4 Isenção de pena. 11.5 Extinção da punibilidade. 11.6 Cominação e aplicação. 11.7 Cálculo da pena: definição da pena-base, circunstâncias agravantes e atenuantes, causas de aumento e diminuição. 11.8 Fixação de regimes de execução da pena privativa de liberdade. 11.9 Substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. 11.10 Fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração.

12. Justiça penal negocial. 12.1 Princípios. 12.2 Direitos e benefícios penais. 12.3 Sanções premiais. 12.4 Cominação e aplicação.

13. Suspensão condicional da pena.

14. Livramento condicional.

15. Medida de segurança.

16. Condenação. 16.1 Efeitos da condenação. 16.2 Reabilitação.

17. Ação penal.

## **GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL**

18. Crimes contra a pessoa.
19. Crimes contra o patrimônio.
20. Crimes contra a propriedade imaterial.
21. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
22. Crimes contra a dignidade sexual.
23. Crimes contra a família.
24. Crimes contra a incolumidade pública.
25. Crimes contra a paz pública.
26. Crimes contra a fé pública.
27. Crimes contra a administração pública.
28. Legislação penal extravagante.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Princípios processuais penais.
2. Interpretação e integração da lei processual penal.
3. Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço.
4. Juiz de garantias.
5. A investigação preliminar: o inquérito policial e a investigação pelo Ministério Público.
6. Ação penal.
7. Acordo de não persecução penal.
8. Colaboração premiada, conceito, peculiaridades e procedimento.
9. Processo e procedimento. Os pressupostos processuais. Procedimentos ordinário, sumário e sumaríssimo (juizados especiais criminais).
10. Audiência de custódia.
11. Jurisdição e competência.
12. Questões e processos incidentes.
13. Prova no processo penal. 20.1 Teoria geral. 20.2 As provas em espécie.
14. Cadeia de custódia da prova.

Disponibilização - 21 de julho de 2022

Publicação - 22 de julho de 2022

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

15. As limitações à liberdade no curso do processo penal: prisões e medidas cautelares.

16. Os vícios processuais penais. 23.1 Conceito. 23.2 Teoria das nulidades no processo penal.

17. *Emendatio libelli e mutatio libelli*.

18. Procedimento do júri.

19. Recursos e ações autônomas de impugnação das decisões penais.